Nacionalização Partidária e Estratégias Eleitorais no Presidencialismo de Coalizão*

André Borges

Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: andrebc@unb.br.

E ste artigo pretende investigar o impacto do ciclo eleitoral presidencial e das instituições federativas sobre a nacionalização das eleições legislativas em contexto multipartidário. Mais especificamente, o objetivo é entender como a dinâmica da competição eleitoral nas eleições para o Executivo nacional e estadual atua sobre as estratégias de nacionalização ou regionalização dos partidos no território brasileiro.

O conceito de nacionalização partidária tem sido utilizado na literatura comparativa para aferir o grau em que a variação da votação dos partidos entre os diferentes distritos se aproxima ou se distancia da votação nacional. Sistemas nacionalizados seriam aqueles em que a força eleitoral dos partidos se distribui homogeneamente entre os distritos (Jones e Mainwaring, 2003; Chhibber e Kollman, 2004; Brancati, 2008; Morgenstern *et al.*, 2009). Conforme a utilização consagrada na literatura, adotou-se neste artigo o termo "nacionalização partidária" com respeito às eleições para a Câmara dos Deputados, uma vez que a disputa legislativa nacional é a que indica mais claramente o efetivo nível de apoio aos partidos e sua distribuição no território.

^{*} Versões anteriores deste artigo se beneficiaram de comentários e críticas de colegas a quem sou grato: Mathieu Turgeon, Pedro Neiva, Lara Mesquita e Jairo Nicolau. Agradeço também às excelentes sugestões feitas pelos pareceristas anônimos da DADOS – *Revista de Ciências Sociais*. O artigo é resultado de projeto de pesquisa apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 3, 2015, pp. 651 a 688.

efetiva se limita a poucos distritos ou regiões de um país impõem, na prática, um teto ao seu próprio crescimento eleitoral. Ademais, organizações partidárias com votações territorialmente concentradas são mais vulneráveis a mudanças no perfil dos eleitorados locais ou ao crescimento de partidos adversários nos seus redutos. Em consonância com esta argumentação, as evidências comparativas reunidas por Jones e Mainwaring (2003) para os países das Américas demonstram que há forte correlação entre o grau de nacionalização e o tamanho dos partidos: partidos grandes são mais nacionalizados que partidos pequenos, via de regra.

O modelo supõe um regime presidencialista com múltiplos níveis de governo, no qual os partidos podem optar por concentrar recursos organizacionais e esforços de campanha na disputa pelo Executivo nacional ou pelos Executivos estaduais/provinciais. Em países presidencialistas federativos, vale notar, a capacidade de apresentar regularmente candidatos competitivos à Presidência e/ou a governador costuma ter grande impacto sobre a sobrevivência eleitoral e possibilidades de expansão territorial dos partidos, inclusive nas disputas para o Legislativo nacional (Shugart e Carey, 1992; Jones, 1997; Samuels, 2003; Hickens e Stoll, 2011; Magar, 2012). Dessa forma, pode-se supor que as estratégias adotadas pelos partidos nas disputas por cargos eletivos executivos afetam o escopo territorial da votação em outras eleições, incluindo a eleição para o Legislativo nacional, e em consequência, a nacionalização do sistema partidário.

A escolha entre priorizar a disputa por cargos em um destes dois níveis, por sua vez, depende de fatores como o grau de descentralização do governo, o qual afeta o valor relativo da Presidência no que se refere às governadorias. Fatores específicos aos partidos também influem na adoção de estratégias distintas. Entre estes, cabe destacar a capacidade das organizações partidárias de lançar ou não candidatos viáveis à Presidência.

Como já visto, uma vez que a eleição presidencial pode ter impacto expressivo sobre outras eleições (por exemplo, deputado federal, governador) através do efeito rabo de casaca e também em razão da necessidade de mobilizar um eleitorado nacional e coordenar os esforços do partido (ou coligação) entre os vários distritos, os partidos presidenciais têm fortes incentivos para "presidencializar" as suas estratégias eleitorais. Isto é, a disputa à Presidência induz os partidos a vincular as

André Borges

- GOLDER, Matt. (2006), "Presidential Coattails and Legislative Fragmentation". *American Journal of Political Science*, vol. 50, nº 1, pp. 34-48.
- HICKENS, Allen; STOLL, Heather. (2011), "Presidents and Parties: How Presidential Elections Shape Coordination in Legislative Elections". *Comparative Political Studies*, vol. 44, nº 7, pp. 854-883.
- JONES, Mark. (1994), "Presidential Election Laws and Multipartism in Latin America". *Political Research Quarterly*, vol. 47, nº 1, pp. 41-57.
- . (2010), "Beyond the Electoral Connection: The Effect of Political Parties on the Policymaking Process", in C. Scartascini, E. Stein e E. Tommasi (eds.), How Democracy Works: Institutions, Actors, and Arenas in Latin American Policymaking. Washington D.C., Inter-American Development Bank/David Rockfeller Center for Latin American Studies, pp. 19-46.
- ; MAINWARING, Scott. (2003), "The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas". *Party Politics*, vol. 9, nº 2, pp. 139-166.
- LEIRAS, Marcelo. (2006), Parties, Provinces and Electoral Coordination: A Study on the Determinants of Party and Party System Aggregation in Argentina, 1983-2005. Tese (Doutorado em Ciência Política), University of Notre Dame, Indiana.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. (1983), Os Partidos Políticos Brasileiros: A Experiência Federal e Regional, 1945-1964. Rio de Janeiro, Graal.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. (2010), "As Eleições de 2010 e o Quadro Partidário". *Novos Estudos CEBRAP*, nº 88, pp. 21-37.
- MAGAR, Eric. (2012), "Gubernatorial Coattails in Mexican Congressional Elections". *The Journal of Politics*, vol. 74, nº 2, pp. 383-399.
- MAINWARING, Scott. (1995), "Brazil: Weak Parties, Feckless Democracy", in S. Mainwaring e T. Scully (eds.), *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.
- MELO, Carlos Ranulfo de. (2006), "Sistema Partidário, Presidencialismo e Reforma Política no Brasil", in G. A. D. Soares; L. Rennó (eds.), *Reforma Política: Lições da História Recente*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- . (2010), "Eleições Presidenciais, Jogos Aninhados e Sistema Partidário no Brasil". Revista Brasileira de Ciência Política, nº 4, pp. 13-41.
- ——; CÂMARA, Rafael. (2012), "Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil". DADOS *Revista de Ciências Sociais*, vol. 55, nº 1, pp. 71-117.